

ENSINAR GEOGRAFIA PELA PESQUISA: A METODOLOGIA DA PROBLEMATIZAÇÃO PARA ENSINAR GEOGRAFIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA

Eric Silva dos Santos[1]
Simone Ribeiro Santos[2]

Palavras-chave: Investigação científica na educação básica; Educação problematizadora; Ensino de Geografia.

INTRODUÇÃO

O presente trabalho é um recorte de uma pesquisa mais ampla, iniciada em 2015, que se dedicou a investigar a utilização da pesquisa no contexto da educação básica como metodologia de ensino de Geografia, uma vez que acreditávamos ser capaz de promover a formação de sujeitos políticos, propositivos, investigativos, reflexivos e problematizadores (Santos, 2015).

Orientado pela professora Drª Simone Riberio Santos, o trabalho original teve como *locus* de pesquisa o Centro Educacional 30 de Junho, uma escola da rede pública do estado da Bahia, localizado no município de Serrinha e que foi extinta há cerca de cinco anos. A intenção foi investigar como os seus estudantes entendiam e realizavam pesquisa. Desse modo, procurou-se discutir a importância da pesquisa em Geografia dentro da escola básica para a formação científica do estudante, caracterizar as formas de orientação dada por professores de Geografia da unidade escolar para a prática da pesquisa nessa disciplina e

[1] Licenciado em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – Campus XI. Especialista em Educação Digital pela Universidade do Estado da Bahia/UNEAD – Campus I. Mestrando do Programa de Pós- Graduação em Estudos Territoriais (PROET) pela Universidade do Estado da Bahia – Campus I. Professor da Rede Pública de Educação do Estado da Bahia – Secretaria da Educação (SEC).

[2] Licenciada em Geografia. Doutora em Educação e Contemporaneidade. Professora Adjunta do Departamento de Educação da Universidade do Estado da Bahia, Campus XI, Serrinha. Professora da Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET/UNEB/Campus I/Salvador).

identificar a maneira como os estudantes realizavam as pesquisas escolares solicitadas pelo professor de Geografia.

Dez anos depois, pretendemos no âmbito do Programa de Pós-Graduação em Estudos Territoriais (PROET) da Universidade do Estado da Bahia – Campus I, ir um pouco além, aplicando na prática da sala de aula as ideias desenvolvidas naquele primeiro estudo.

O trabalho presente, regressa a investigação inicial, resgatando algumas considerações sobre as ideias defendidas ali e aponta para nossas pretensões de retomar a essa discussão de forma mais aprofundada nesse novo espaço que é o mestrado em Estudos Territoriais, tendo como cerne de investigação a metodologia da problematização para abordar conceitos chaves da Geografia, como lugar e região.

METODOLOGIA

O recorte que aqui fazemos é proveniente de uma pesquisa realizada em 2015, de natureza básica, de abordagem qualitativa e classificada como um estudo de caso.

Durante sua execução foram utilizados levantamentos bibliográficos que caminharam por duas discussões aparentemente desassociadas, mas cuja aproximação buscamos realizar: a escola capitalista como espaço de reprodução do *status quo* social que promove a disseminação dos valores e da ideologia das classes hegemônicas (Bourdieu, Passeron, 1982; Althusser, 1980; Mészáros, 2008; McLaren, Farahmandpur, 2002), e a pesquisa como princípio educativo, instrumento metodológico de ensino e de problematização da realidade por parte do estudante (Demo, 2011; Freiberger, Berbel, 2010; Berbel, 1995, 1998, 1999, 2006; Barreiro, 2002).

Ainda foram realizadas entrevistas semiestruturadas com estudantes do Centro Educacional 30 de Junho e seus professores de Geografia acerca de seus entendimentos e práticas de pesquisa escolar.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA E DISCUSSÕES

Como mencionado acima, o ponto de partida da discussão desse estudo teve seu início em uma pesquisa inicial defendida em 2015. Na ocasião, essa pesquisa – que se constituiu como Trabalho de Conclusão de Curso do autor principal desta escrita na licenciatura em Geografia pelo *campus* XI da UNEB – constatou que o que era chamado de pesquisa no Centro Educacional 30 de Junho não podia ser definido como tal porque se distanciava muito do conceito de pesquisa como ele é estabelecido pela literatura especializada e pelas práticas definidoras da *práxis* científica no âmbito acadêmico e científico.

Ao analisar as narrativas dos estudantes e professores de Geografia, constatou-se que aquilo que eles chamavam de pesquisa era, na verdade, uma mera consulta à literatura – especializada ou não –, cujos textos consultados eram posteriormente copilados sem nenhuma análise crítica, com raras atribuições autorais e, principalmente, sem que os estudantes realizassem algum trabalho analítico, investigativo e autoral sobre o tema ou realidade que deveria ser investigados. Tal atividade contava com pouca ou nenhuma orientação por parte dos professores e não resultava na problematização da realidade socioespacial dos estudantes ou dos temas trabalhados pela Geografia escolar.

Esse modelo de ensino erroneamente denominada de “pesquisa” também não comportava elementos fundantes da ação de pesquisar e que compõe a metodologia clássica das ciências: a definição de um objeto de investigação (observação da realidade), a elaboração de uma pergunta mobilizadora (problematização), o levantamento de hipóteses

explicativas, a fundamentação teórica, o uso de técnicas de investigação, a análise dos dados obtidos e a escrita de conclusões acerca dos resultados obtidos.

Os estudantes eram ensinados exclusivamente a reproduzir – muitas vezes apenas copiar, sem necessariamente ler – conhecimentos já prontos. A busca de informações na literatura não se revertia nem em análise nem em investigação da realidade cotidiana, reforçando a desconexão entre os conhecimentos da Geografia escolar e a experiência espacial cotidiana dos estudantes, o que, em primeira instância, limita o desenvolvimento da capacidade deles de analisar, de forma autônoma, crítica e reflexiva, os lugares, territórios, paisagens e regiões que habitam, bem como a compreensão do espaço geográfico em múltiplas escalas. Concluímos naquela época que essa era uma prática pouco "favorável à formação crítica, política e reflexiva dos estudantes", incapaz de levar o estudante alcançar a emancipação, bem como de promover diálogo e reflexão (Santos, 2015, p. 174).

Em contraposição à realidade educacional que investigamos, o projeto de educação que defendíamos era crítico, emancipador e alinhado a um projeto de combate a internalização dos princípios e valores capitalistas que alimentam a ideologia dominante e a alienação dos sujeitos (Meszáros, 2008). A pesquisa como era entendida no 30 de Junho ia na contramão desse projeto e abraçava metodologias acríticas que contribuíam para a perpetuação de um modelo educacional que Bourdieu e Passeron (1982) nos ensina ser pautado na reprodução do *status quo* social e na inculcação de um *arbitrário cultural* que visa a formação de um *habitus* interessante às classes dominantes (Santos, 2015, p. 141).

Alinhados com o pensamento de Demo (2011), defendíamos que a pesquisa tem caráter emancipatório, desenvolve a autossuficiência e criticidade dos sujeitos históricos, mobiliza a observação e o questionamento da realidade. Partindo destas constatações passamos a advogar que a pesquisa fosse incorporada à prática pedagógica na educação básica, porém sobre bases radicalmente diferentes das práticas que encontramos na realidade do chão da escola. Empreendemos, na ocasião, uma discussão sobre a pesquisa como princípio educativo (Demo, 2011), como possibilidade de ação contra-internalizadora (Meszáros, 2008) no campo da educação, e como metodologia de ensino capaz de permitir aos estudantes "se apropriarem e trabalharem com o conhecimento social e historicamente produzido, tomando posse do mesmo para a análise da realidade objetiva e concreta, percebida e vivida" (Santos, 2017, p. 170). Assim:

> Um modelo de pesquisa que nos ajude a combater o processo de internalização descrito por Mészáros (2008), que combata a conformidade e o consenso passivo com a ideologia dominante. E, se aqui o nosso público alvo são os trabalhadores e seus filhos, queremos também um modelo de pesquisa que não só impeça que estes ajam de forma passiva, irreflexiva e internalizem os valores capitalistas, como também ajudá-los a se reconhecerem como classe trabalhadora, explorada e dominada pela ideologia. Ajudando-os também a aprenderem a se articular, a cooperarem entre si, se organizando em redes alternativas e a desenvolverem a consciência crítica de que nos fala McLaren e Farahmandpur (2002). (Santos, 2015, p. 141).

Para tanto, víamos como necessário avançar para uma pedagogia crítica e problematizadora, orientada por um projeto não tão só pedagógico como igualmente político e social de conscientização da classe trabalhadora. Além disso, também reconhecíamos a necessidade de uma mudança metodológica que pudesse ser aplicada em sala de aula, alinhada ao conceito real de pesquisa e de sua prática, e que preparasse os estudantes – no campo da Geografia – para desenvolver um olhar mais aguçado sobre a realidade socioespacial.

Nesse ínterim, chegamos a definir a Metodologia da Problematização com o arco de Maguerez pensado pela pesquisadora Neusi A. Navas Berbel (1995, 1998, 1999, 2006) e

seus colaboradores como possibilidade didática de caminho metodológico para alcançar nossos fins. Desde o início da década de 1990, a pesquisadora da Universidade Estadual de Londrina vem tecendo debates entorno de uma metodologia de ensino inspirada na metodologia da pesquisa científica. Contudo, sua discussão sempre se encontrou circunscrita ao ensino superior, sobretudo na graduação. Observamos, porém, que a metodologia proposta era plenamente capaz de instrumentalizar o ensino de Geografia por investigação científica na educação básica, uma vez que ela garante uma aproximação entre metodologia de ensino e metodologia científica.

A Metodologia da Problematização consiste em cinco etapas que podem ser resumidamente descrita como: a *Observação da Realidade*, onde o estudante observa atentamente um recorte da realidade empírica a fim de levantar problemas e contradições ali presentes, gerando questões que norteiam o processo investigativo (problematização); os *Postos-chave*, no qual o estudante elenca os pontos essenciais que devem ser estudados para a compreensão do problema; na *Teorização*, o estudante se debruça sobre a literatura para analisar os ponto-chaves definidos na etapa anterior; as *Hipóteses de Solução*, por sua vez, seria a fase na qual o estudante com auxílio do professor propõe interferências na realidade estudada afim de solucionar os problemas detectados; e, por fim, a *Aplicação à Realidade* consiste em interferir em algum grau na realidade problematizada e investigada tentando aplicar as hipóteses de solução elaboradas. O que enxergamos nessa metodologia foi uma forma sistemática de conduzir o estudante não apenas ao desenvolvimento do pensamento crítico, mas também à formação de uma atitude problematizadora e investigativa, à capacidade de propor soluções para problemas identificados e, por consequência, a um olhar analítico sobre a realidade socioespacial. Em última instância, acabaríamos por diminuir a desconexão entre os saberes da ensinados na Geografia escolar e a realidade cotidiana do estudante, incentivando um processo educacional emancipador que se impõe ao processo de "[...] 'internalização' pelos indivíduos [...] da legitimidade da posição que lhes foi atribuída na hierarquia social, juntamente com suas expectativas 'adequadas' e as formas de conduta 'certas', mais ou menos explicitamente estipuladas nesse terreno" (Mészáros, 2008, p. 44) – um processo alienante que subsiste nas pedagogias acríticas e neoliberais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Hoje, no âmbito do mestrado no Programa de Pós-graduação em Estudos Territoriais (PROET/UNEB), pretendemos retomar a discussão sobre o ensino de Geografia através de projetos de pesquisa. Por meio de uma pesquisa-ação, aplicaremos na realidade da sala de aula a Metodologia da Problematização e os princípios que defendemos uma década antes, investigando a própria prática docente do autor principal desta escrita, enquanto professor atuante na educação básica.

Nossa pretensão é buscar definir com maior precisão, através da *práxis* pedagógica vivenciada pelo autor principal, os limites, possibilidade e potencialidades de utilizar a pesquisa como princípio educativo e ferramenta metodológica de ensino para desenvolver no estudante da escola básica um olhar espacial capaz de analisar a realidade social por meio das marcas inscritas no espaço (Callai, 2002, p. 94), tendo como ajuda as lentes teóricas que são os conceitos fundamentais da pesquisa socioespacial (Souza, 2013). Pretendemos delinear, como é possível através da investigação científica no campo do ensino de Geografia, que estudantes do ensino médio compreendam profunda e intimamente como se distribuem os fenômenos espaciais, a disposição que estes assumem (Callai, 2002, p. 94), as relações sociais de que se derivam e suas implicações socioambientais.

Enfim, desejamos aperfeiçoar o método para que melhor sirva como ferramenta de contra-internalização e caminhemos mais um passo para a sistematização de um corpo teórico-metodológico que dê sustentação para a formulação de um ensino de Geografia por investigação científica que contribua a um projeto emancipatório de educação e de apropriação da ciência por parte da classe trabalhadora.

REFERÊNCIAS

BARREIRO, Cristhianny. Questionamento sistemático: alicerce na reconstrução dos conhecimentos. **Pesquisa em sala de aula: tendências para a educação em novos tempos.** Porto Alegre: EDIPUCRS, p. 171-188, 2002.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A Metodologia da Problematização e os ensinamentos de Paulo Freire. In: BERBEL, Neusi Aparecida Navas. **Metodologia da problematização**: fundamentos e aplicações. Londrina: Eduel, 1999. p. 29-59.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A problematização e a aprendizagem baseada em problemas. **Interface Comun Saúde Educ**, v. 2, n. 2, p. 139-154, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/pdf/icse/v2n2/08. Acesso em: 07 mar. 2014.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. Metodologia da Problematização: uma alternativa metodológica apropriada para o Ensino Superior. **Semina**: Cio Soc./Hum. Londrina, v. 16. n. 2. Ed. Especial, p. 9-19, out. 1995.

BERBEL, Neusi Aparecida Navas. O exercício da práxis por meio da metodologia da problematização: uma contribuição para a formação de profissionais da educação. In: EDUCERE - Congresso de Educação da PUCPR. 6, 2006: Curitiba. **Anais**... Curitiba: Champagnat, 2006. p. 3329-3341.

CALLAI, Helena Copetti. Estudar o lugar para compreender o mundo. In: CASTROGIOVANNI, Antonio C. (org). **Ensino de Geografia**: Práticas e textualizações no cotidiano. 2 ed. Porto Alegre: Mediação, 2002. p. 83-95.

DEMO, Pedro. **Pesquisa**: princípio científico e educativo. 14. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

FREIBERGER, Regiane Müller; BERBEL, Neusi Aparecida Navas. A importância da pesquisa como princípio educativo na atuação pedagógica de professores de educação infantil e ensino fundamental. **Cadernos de Educação**, Pelotas, n. 37 setembro/dezembro 2010, 207 – 245 p.

MCLAREN, Peter; FARAHMANDPUR, Ramin. **Pedagogia revolucionária na globalização.** São Paulo: DP&A, 2002. 117p.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução Isa Tavares. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008. (Mundo do trabalho).

NININ, Maria Otilia Guimarães. Pesquisa na escola: que espaço é esse? O do conteúdo ou o do pensamento crítico. **Educação em Revista.** Belo Horizonte, n. 48, 2008, p. 17-35.

SANTOS, Eric Silva dos. **Entre o dizer e o fazer, qual o lugar da pesquisa em Geografia na educação básica?** Trabalho de Conclusão de Curso em Licenciatura Plena em Geografia pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB, Campus XI, Serrinha, 2015, 211 p.

SOUZA, Marcelo Lopes de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013.